

SINAIS SECRETOS E COMUNICAÇÃO ENTRE CRISTÃOS-NOVOS NO ESPAÇO ATLÂNTICO (SÉCULOS XVI–XVII): UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DE PROCESSOS INQUISITORIAIS

SECRET SIGNS AND COMMUNICATION AMONG NEW CHRISTIANS IN THE ATLANTIC WORLD (16TH–17TH CENTURIES): A DOCUMENTARY ANALYSIS OF INQUISITORIAL RECORDS

SEÑALES SECRETAS Y COMUNICACIÓN ENTRE CRISTIANOS NUEVOS EN EL ESPACIO ATLÁNTICO (SIGLOS XVI–XVII): UN ANÁLISIS DOCUMENTAL DE PROCESOS INQUISITORIALES

Getúlio Felipe de Souza Barros¹

DOI: 10.54899/dcs.v22i85.3922

Recibido: 01/12/2025 | Aceptado: 03/12/2025 | Publicación en línea: 15/12/2025.

RESUMO

Este artigo investiga os sinais gestuais, códigos escritos rudimentares e formas de comunicação secretas empregados por cristãos-novos no espaço atlântico entre os séculos XVI e XVII, com base em processos inquisitoriais provenientes de Lisboa, Coimbra, Évora, Bahia, México, Cartagena de Índias e Lima. A partir de uma análise documental comparada, demonstra-se a existência de um repertório comum de gestos — especialmente toques discretos no peito, movimentos das mãos e inclinações de cabeça — utilizados como forma de reconhecimento mútuo entre membros da chamada “Nação portuguesa”. Argumenta-se que tais práticas não eram episódicas, mas integravam um sistema de comunicação estruturado e difundido nas redes judaico-conversas do império ibérico, articulando corpo, escrita e linguagem codificada. Dialogando com a historiografia sobre cristãos-novos, Inquisição e criptojudaísmo (Saraiva, 1985; Bethencourt, 2000; Novinsky, 2012; Schwartz, 2009), examina-se a dimensão social e performativa desses sinais no interior de comunidades submetidas à vigilância. Propõe-se, ao final, uma tipologia dos sinais secretos e discute-se sua função social no contexto de perseguição inquisitorial, gestão da confiança e manutenção de laços identitários secretos numa diáspora luso-atlântica fragmentada, porém interconectada.

Palavras-chave: Cristãos-Novos. Inquisição. Sinais Secretos. Criptojudaísmo. Comunicação Secreta.

ABSTRACT

This article investigates the gestural signs, rudimentary written codes, and secret forms of communication employed by New Christians in the Atlantic world between the sixteenth and seventeenth centuries, based on inquisitorial processes from Lisbon, Coimbra, Évora, Bahia, Mexico, Cartagena de Indias, and Lima. Through a comparative documentary analysis, it

¹ Doutorando em História e Mestre em Estudos sobre a Europa, Universidade Aberta (UAB), Lisboa, Portugal.
E-mail: prof.getulio.barros@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1119-5934>

demonstrates the existence of a shared repertoire of gestures—especially discreet touches to the chest, hand movements, and slight head inclinations—used as a means of mutual recognition among members of the so-called “Portuguese Nation.” It argues that these practices were not episodic but formed a structured communication system disseminated across the Jewish-converso networks of the Iberian Empire, articulating body, writing, and coded language. Engaging with historiography on New Christians, the Inquisition, and crypto-Judaism (Saraiva, 1985; Bethencourt, 2000; Novinsky, 2012; Schwartz, 2009), the study examines the social and performative dimensions of these signals within communities under constant surveillance. The article proposes a typology of these secret signs and discusses their social function in the context of inquisitorial persecution, trust management, and the maintenance of concealed identity bonds within a fragmented yet interconnected Luso-Atlantic diaspora.

Keywords: New Christians. Inquisition. Secret Signs. Crypto-Judaism. Secret Communication.

RESUMEN

Este artículo investiga los signos gestuales, los códigos escritos rudimentarios y las formas de comunicación secreta empleadas por los cristianos nuevos en el espacio atlántico entre los siglos XVI y XVII, a partir de procesos inquisitoriales procedentes de Lisboa, Coimbra, Évora, Bahía, México, Cartagena de Indias y Lima. A través de un análisis documental comparado, se demuestra la existencia de un repertorio común de gestos —especialmente toques discretos en el pecho, movimientos de las manos e inclinaciones de la cabeza— utilizados como forma de reconocimiento mutuo entre miembros de la llamada “Nación portuguesa”. Se argumenta que tales prácticas no eran episódicas, sino que formaban parte de un sistema de comunicación estructurado y difundido en las redes judeoconversas del imperio ibérico, articulando cuerpo, escritura y lenguaje codificado. En diálogo con la historiografía sobre cristianos nuevos, Inquisición y criptojudasmo (Saraiva, 1985; Bethencourt, 2000; Novinsky, 2012; Schwartz, 2009), se examina la dimensión social y performativa de estos signos dentro de comunidades sometidas a vigilancia. Finalmente, se propone una tipología de las señales secretas y se discute su función social en el contexto de persecución inquisitorial, gestión de la confianza y mantenimiento de lazos identitarios ocultos en una diáspora luso-atlántica fragmentada pero interconectada.

Palabras clave: Cristianos Nuevos. Inquisición. Señales Secretas. Criptojudasmo. Comunicación secreta.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A repressão inquisitorial contra cristãos-novos, especialmente os de origem portuguesa, produziu ao longo de mais de dois séculos um vasto repertório documental: confissões, denúncias, delações cruzadas, genealogias e descrições minuciosas de sociabilidades cotidianas. Nesse

conjunto, surgem, por entre fórmulas jurídicas repetitivas, indícios de práticas secretas de reconhecimento, proteção e comunicação (Saraiva, 1985; Bethencourt, 2000). Entre elas, destacam-se sinais gestuais discretos e códigos escritos rudimentares, mobilizados por indivíduos que se sabiam vigiados e cuja mera sociabilidade podia ser interpretada como prova de heresia (Novinsky, 2012; Schwartz, 2009).

Embora a historiografia sobre cristãos-novos e Inquisição tenha enfatizado a perseguição, os mecanismos processuais e as redes econômicas, os gestos de reconhecimento aparecem geralmente como exemplos pontuais ou curiosidades (Lipiner, 1973; Novinsky, 2012). Raramente são tematizados como um sistema coerente, dotado de lógica própria e disseminado em diferentes espaços do mundo ibérico. Este artigo parte justamente dessa lacuna: em que medida os sinais corporais e os códigos rudimentares de escrita formavam um repertório compartilhado de comunicação secreta?

O objetivo é reconstruir, com base na leitura crítica de processos inquisitoriais, um conjunto coerente de sinais utilizados entre os séculos XVI e XVII por cristãos-novos de origem portuguesa no espaço atlântico. A análise abrange documentos do *Arquivo Histórico Nacional em Madrid* e do *Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa*, além de transcrições clássicas publicadas, como os casos de Branca Dias, na obra *Branca Dias: uma judia brasileira* (Lipiner, 1973), e o de Francisco Maldonado de Silva, no documento *The Lima Inquisition: A documentary history* (Millar Carvacho & Rosen, 1998). A partir dessas fontes, propõe-se compreender os gestos como práticas estruturadas — e não meramente ocasionais — vinculadas ao reconhecimento de identidade, à gestão da confiança e à manutenção de vínculos comunitários dispersos e vulneráveis.

Analiticamente, dialoga-se com reflexões sobre sociabilidades sob vigilância e “transcrições ocultas” (Scott, 2013), sobre usos táticos do espaço (Certeau, 1994) e sobre o corpo como superfície de inscrição simbólica (Foucault, 1987). Os sinais secretos são interpretados como micropráticas de resistência e de preservação identitária, mas também como respostas pragmáticas a um ambiente saturado de medo, delação e incerteza.

CONTEXTO HISTÓRICO: CRISTÃOS-NOVOS, PERSEGUIÇÃO E COMUNICAÇÃO SECRETA

A diáspora dos cristãos-novos portugueses entre os séculos XVI e XVII acompanhou a

expansão imperial da monarquia luso-espanhola, estendendo-se da metrópole às praças comerciais atlânticas, ao Caribe, ao México e ao Peru (Bethencourt, 2000; Schwartz, 2009). Famílias de origem judaica e conversas espalharam-se por Lisboa, Porto, Coimbra, Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Cidade do México, Cartagena de Índias, Lima e outras cidades portuárias, integrando redes de comércio e crédito de longa distância.

O fortalecimento da Inquisição portuguesa, particularmente a partir da segunda metade do século XVI, e o chamado “ciclo dos cristãos-novos” (c. 1580–1670) criaram um ambiente de vigilância permanente (Saraiva, 1985; Novinsky, 2012). A distinção entre “cristãos-velhos” e “cristãos-novos” não era apenas teológica, mas estruturava hierarquias sociais, bloqueios de acesso a cargos, estigmas e suspeitas constantes. Em muitos espaços da diáspora, a presença de redes conversas era conhecida e, em certa medida, necessária à economia, mas simultaneamente alvo de hostilidade e desconfiança (Schwartz, 2009).

Nesse contexto, a necessidade de discrição não dizia respeito apenas ao exercício de práticas judaizantes (shabat, jejuns, alimentação diferenciada), mas também ao simples reconhecimento de parentes, parceiros de negócios e correligionários dispersos. Identificar quem era “da Nação” podia significar acesso a crédito, hospedagem, informação e proteção simbólica.

A compressão entre, de um lado, a urgência de reconhecer e apoiar e, de outro, o risco permanente de delação favoreceu o surgimento de formas de comunicação silenciosa: gestos rápidos, toques discretos no peito, inclinações de cabeça, sinais de mão que, para o observador não iniciado, pareciam movimentos banais ou gestos de cortesia. Para os iniciados, porém, funcionavam como senhas corporais, condensando a mensagem “sou um dos teus” sem recorrer à palavra comprometedora.

Os processos inquisitoriais constituem um dos poucos lugares em que tais práticas se tornam legíveis. Quando uma rede é desmantelada ou um indivíduo é submetido a interrogatório prolongado, emergem confissões sobre “sinais de reconhecimento”, “sinais da Nação” ou “modos de se conhecer entre si”. Cada menção é fragmentária, mas o conjunto permite entrever uma tradição subterrânea transmitida de forma oral e performativa.

REGISTROS HISTÓRICOS DOCUMENTADOS

O artigo fundamenta-se em fontes primárias provenientes de três conjuntos documentais principais:

- a) *Arquivo Histórico Nacional em Madrid*: Sección Inquisición, com processos dos tribunais de México, Cartagena de Índias e Lima, nos quais comparecem numerosos cristãos-novos de origem portuguesa, frequentemente envolvidos em redes mercantis atlânticas (Arquivo Histórico Nacional).
- b) *Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa*: fundos da Inquisição de Lisboa, Coimbra e Évora, que conservam processos instruídos tanto na metrópole quanto envolvendo réus atuantes no ultramar (Arquivo Nacional da Torre do Tombo).
- c) Transcrições publicadas: edições de processos e estudos documentais, como os casos de Branca Dias, na obra *Branca Dias: uma judia brasileira* (Lipiner, 1973), e o de Francisco Maldonado de Silva, no documento *The Lima Inquisition: A documentary history* (Millar Carvacho & Rosen, 1998).

A metodologia é documental e qualitativa, organizada em três eixos:

Primeiro eixo: Análise comparada dos trechos dos processos em que há menção explícita a sinais gestuais, “sinais da Nação”, “modos de se conhecer” ou códigos escritos.

Segundo eixo: Crítica interna das confissões, considerando a natureza coercitiva do interrogatório inquisitorial, o peso das fórmulas estereotipadas e a possibilidade de projeção de expectativas inquisitoriais sobre os depoentes. Procura-se distinguir, tanto quanto possível, entre fórmulas jurídicas e elementos que remetem a práticas vividas (Bethencourt, 2000; Saraiva, 1985).

Terceiro eixo: Classificação tipológica, visando identificar padrões nos gestos, nas respostas a tais gestos e nos usos de códigos escritos, de modo a propor uma tipologia preliminar dos “sinais secretos” no universo luso-atlântico.

Foram selecionados onze casos emblemáticos (1590–1653) que contêm referências a sinais de reconhecimento, distribuídos entre a metrópole e a América portuguesa e hispano-americana. A seleção obedeceu aos critérios de: (a) menção explícita a sinais; (b) diversidade geográfica; e (c) variedade de perfis (homens e mulheres, diferentes atividades econômicas).

Reconhecem-se os limites desse tipo de fonte: a maior parte das descrições de gestos provém de confissões sob pressão, filtradas por notários e revisores. A tipologia proposta, portanto, não pretende ser exaustiva nem definitiva, mas um modelo heurístico, aberto a revisão à luz de novos documentos.

SINAIS SECRETOS E COMUNICAÇÃO

Sinais com a Mão Sobre o Peito

O gesto de tocar o peito, sobretudo o lado esquerdo, aparece como o sinal mais recorrente e “universal” entre conversos de origem portuguesa.

No *Arquivo Histórico Nacional, Sección Inquisición, Tribunal do Santo Ofício do México*, encontra-se o processo relativo a Manuel Cardoso de Macedo, mercador cristão-novo de origem portuguesa radicado na Cidade do México, conservado no legajo 1392 (Arquivo Histórico Nacional, 1603-1605). Datado de cerca de 1603–1605, o processo registra sua inserção nas redes comerciais luso-novistas do vice-reino da Nova Espanha. Em seu depoimento, Cardoso declara que “tocava o peito com a mão direita quando encontrava os da Nação”, gesto que, segundo explica, funcionava como meio de reconhecimento mútuo entre cristãos-novos lusitanos e seus descendentes. Trata-se de uma das primeiras descrições explícitas de um sinal gestual de reconhecimento no contexto hispano-americano.

No *Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa*, encontra-se o códice 12502, que contém o processo de António (ou Simão) Rodrigues Marinho, cristão-novo natural da Bahia, enviado preso para Lisboa em 1632 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1632). Os autos descrevem sua participação nas redes comerciais entre Salvador, Recife e Lisboa. Em uma das sessões de interrogatório, Marinho afirma que, ao encontrar alguém “da Nação”, fazia o sinal de “chegar a mão ao lado esquerdo do peito, mui de leve”, ao qual o outro respondia com uma ligeira inclinação de cabeça. Observa-se aqui um sistema de dupla confirmação (ato + resposta), que reduz o risco de equívocos e de exposição indevida.

Para o espaço luso-hispano-caribenho, o *Arquivo Histórico Nacional, Sección Inquisición, Tribunal de Cartagena de Índias*, conserva o processo de Sebastião Rodrigues, instruído em 1648, relativo a um cristão-novo de origem portuguesa acusado de práticas judaizantes e vínculos com outros conversos do Caribe (Arquivo Histórico Nacional, 1648). Em seus interrogatórios, Rodrigues declara utilizar “a mão no peito” como sinal de reconhecimento e menciona ainda possuir uma carta contendo “sinal secreto”, associando assim gestualidade e criptografia simples. O documento é particularmente revelador da articulação entre gestos corporais e marcações escritas no interior da mesma rede secreta.

No *Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Évora*,

encontra-se o processo número 9415, relativo a Gonçalo Vaez, também conhecido como Gonçalo Vaz, cristão-novo da família Vaez, atuante entre Évora, Lisboa e a América portuguesa, datado de cerca de 1640–1650 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1640-1650). Os autos mencionam que Vaez utilizava “dois toques no lado esquerdo do peito” como forma de saudação cifrada e reconhecimento entre membros da Nação, sobretudo em feiras e espaços públicos. A prática é confirmada tanto por denúncias cruzadas quanto pela própria confissão do réu.

Ainda no *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, o processo de Duarte Henriques, também referido como Duarte Dias, conservado sob o número 13212 na *Inquisição de Lisboa*, datado de 1613, descreve um cristão-novo vinculado a redes mercantis e de parentesco que se estendiam entre Lisboa, Castela e a Bahia (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1613). Em seus depoimentos, Duarte afirma que costumava colocar “a mão sobre o peito quando passava por outro cristão-novo”, gesto que descreve como uma forma silenciosa de “dar-se a conhecer” sem suscitar suspeitas.

Em todos esses casos, o gesto de tocar o peito, com variações quanto ao número de toques, à mão utilizada e à intensidade, funciona como sinal básico de reconhecimento interno, possivelmente associado simbolicamente ao coração, à fé ou à “lei verdadeira”. Sua ambiguidade social — podendo ser lido como gesto de devoção, cortesia ou recolhimento — é precisamente o que o torna eficaz em contextos de vigilância.

Sinais Faciais e da Cabeça

Os gestos faciais e de cabeça surgem como sinais complementares ou de reforço, muitas vezes combinados ao gesto do peito.

No *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, *Inquisição de Lisboa*, o processo número 8403, relativo a Maria Henriques, cristã-nova residente em Lisboa entre o final do século XVI e o início do XVII, traz referência explícita a sinais faciais entre mulheres conversas (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1590). Segundo os autos, Maria utilizava o gesto de “tocar com dois dedos a testa” como forma de saudação e reconhecimento entre conhecidas da Nação. Embora o processo não explique o significado simbólico do gesto, a associação da testa ao “saber” ou ao “entendimento” é sugestiva.

Para o contexto caribenho, o já mencionado processo de Manuel Álvares Prieto, instruído pelo *Tribunal de Cartagena de Índias* em meados do século XVII, registra que o réu empregava

“sinais de cabeça e mão” para indicar pertença à Nação portuguesa (Arquivo Histórico Nacional, 1653). Os inquisidores anotam a combinação de pequenos acenos, inclinações e toques discretos, compondo um repertório gestual pouco distinguível, para olhos não iniciados, da cortesia ordinária.

No *Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Coimbra*, o processo número 5842, referente a Isabel Mendes e datado de 1624, descreve uma cristã-nova acusada de práticas judaizantes e de manter vínculos com outras famílias conversas da região (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1624). Os autos registram que Isabel realizava uma “inclinação curta” como forma particular de saudação, frequentemente acompanhada de gesto com a mão sobre o peito. A prática demonstra a existência de modos próprios de reconhecimento no interior da rede conversa coimbrã, integrados à etiqueta cotidiana.

Os gestos faciais e de cabeça funcionam, assim, como módulos de reforço do sinal corporal principal, multiplicando camadas de ambiguidade e permitindo leituras distintas por parte de iniciados e profanos.

Sinais Combinados (Ato + Resposta)

Em diversos processos, o que emerge não é um gesto isolado, mas um sistema combinatório de ato e resposta, semelhante a uma microcoreografia de reconhecimento:

- gesto inicial → resposta codificada;
- toque no peito → inclinação de cabeça;
- dois toques → resposta com gesto simétrico.

No caso de António (ou Simão) Rodrigues Marinho, já citado, o sinal de “chegar a mão ao lado esquerdo do peito” exigia como confirmação uma inclinação discreta de cabeça (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1632). No processo de Gonçalo Vaez, em Évora, os “dois toques no lado esquerdo do peito” parecem ter sido reconhecidos por vários denunciantees como gesto típico de cristãos-novos (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1640). Em Manuel Álvares Prieto, os “sinais de cabeça e mão” combinados sugerem um pequeno repertório de chamadas e respostas gestuais (Arquivo Histórico Nacional, 1653).

Esses sistemas de confirmação mútua revelam uma preocupação central com a gestão da confiança em um ambiente saturado de delatores. Ao exigir não apenas a emissão do sinal, mas uma resposta correta, reduz-se a margem de erro no reconhecimento de parceiros confiáveis.

Códigos Escritos Simples

Além dos gestos corporais, alguns processos mencionam o uso de códigos escritos rudimentares que reforçam a dimensão híbrida da comunicação secreta.

No já citado processo de Manuel Álvares Prieto, do *Tribunal de Cartagena de Índias*, os inquisidores registram que o réu portava “caracteres e papéis com pontos”, interpretados como listas de nomes codificados ou anotações cifradas (Arquivo Histórico Nacional, 1653). Os “pontos” e sinais poderiam funcionar como substitutos de letras ou como marcadores de nomes judaicos em correspondência aparentemente inocente.

Para o vice-reino do Peru, o célebre processo de Francisco Maldonado de Silva, editado por Millar Carvacho e Rosen (1998), mostra um dos exemplos mais complexos de criptojudaísmo andino. Embora não enfatize gestos corporais, o processo revela o uso de códigos escritos rudimentares para representar nomes judaicos e conceitos religiosos, com substituições gráficas e marcas simbólicas. A documentação da Inquisição de Lima, conservada no *Arquivo Histórico Nacional* (**Arquivo Histórico Nacional, 1560–1820**), dimensiona a importância da escrita cifrada nos circuitos sefarditas do Peru.

No caso de Sebastião Rodrigues, em Cartagena de Índias, mencionado acima, os autos indicam que o réu possuía uma carta contendo “sinal secreto”, sem detalhar a natureza do signo (Arquivo Histórico Nacional, 1648). A associação explícita entre carta, segredo e pertencimento à Nação vai, contudo, na mesma direção de um uso pragmático da criptografia simples.

Esses exemplos confirmam a existência de uma criptografia rudimentar, adequada a atores que, em geral, não dominavam técnicas de cifra elaboradas, mas sabiam manipular o escrito para enganar olhos profanos e preservar nomes e informações sensíveis.

Limites e Ambiguidades das Fontes

É necessário enfatizar os limites interpretativos. A maior parte das descrições de gestos e códigos aparece em contexto de confissão, muitas vezes após meses de cárcere. Réus sabiam o que a Inquisição esperava ouvir e podiam enfatizar ou dramatizar certos elementos para demonstrar arrependimento ou colaboração (Bethencourt, 2000; Saraiva, 1985). Notários, por sua vez, tendiam a uniformizar vocabulário, tornando distintos sinais em fórmulas semelhantes.

Ainda assim, a recorrência de motivos — mão no peito, inclinações, toques múltiplos,

papéis com pontos — em espaços distantes e processos não relacionados sugere que não se trata apenas de projeções inquisitoriais. Há uma camada de prática social efetiva que se deixa entrever através do filtro da escrita judicial.

TIPOLOGIA DOS SINAIS SECRETOS E DAS COMUNICAÇÕES

A partir dos casos analisados, observa-se uma tipologia preliminar:

Tipo I – Gestos Corporais Unilaterais

- a) mão no peito (um ou dois toques);
- b) toques discretos próximos ao coração;
- c) mão sobre a boca como gesto de silêncio.

São gestos iniciadores de comunicação, marcadores discretos de presença judaico-conversa no espaço público, com elevada ambiguidade social.

Tipo II – Gestos Recíprocos (Ato + Resposta)

- a) gesto no peito → resposta com inclinação de cabeça;
- b) dois toques no peito → resposta com gesto simétrico.

Funcionam como protocolos de confirmação, aproximando-se de “chamadas” e “respostas” codificadas.

Tipo III – Sinais Faciais

- a) toque na testa ou têmporas;
- b) movimentos específicos de cabeça;
- c) inclinações curtas e rápidas.

Operam geralmente combinados com os tipos I e II, reforçando o sinal e ampliando a margem de ambiguidade.

Tipo IV – Sinais Escritos

- a) papéis com pontos;
- b) marcas gráficas convencionadas para nomes ou referências à Nação;
- c) cartas contendo “sinal secreto”.

Correspondem a uma criptografia simples, adequada à circulação de nomes e informações à distância.

Tipo V – Sistemas Mistos

- a) gesto + escrita;
- b) gesto + oralidade velada (expressões neutras, mas significativas entre iniciados, como “da Nação”);
- c) gesto + “senha social” (referências a famílias, rotas comerciais ou lugares específicos).

Tabela 1

Tipologia dos sinais secretos e das comunicações.

Tipo I Gestos corporais unilaterais	Tipo II Gestos recíprocos (ato+resposta)	Tipo III Sinais faciais	Tipo IV Sinais escritos	Tipo V Sistemas mistos
Mão no peito (um a dois toques)	Gesto no peito sucede resposta com inclinação da cabeça	Toque na testa ou têmporas	Papéis com pontos	Gesto + Escrita
Toques discretos, próximo ao coração	Dois toques no peito sucede resposta com gesto simétrico	Movimentos específicos de cabeça	Marcas gráficas convencionadas para nomes ou referências à Nação	Gesto + Oralidade Velada (expressão neutra como “da Nação”)
Mão sobre a boca como gesto de silêncio		Inclinações curtas e rápidas	Cartas contendo “sinais secretos”	Gesto + “Senha Social” (referência a famílias, rotas comerciais ou lugares específicos)

Nota. Elaboração própria a partir de processos inquisitoriais dos séculos XVI–XVII conservados no *Arquivo Histórico Nacional* (México, Cartagena de Índias, Lima) e no *Arquivo Nacional da Torre do Tombo* (Lisboa, Évora, Coimbra), além da edição de Millar Carvacho e Rosen (1998).

Nesses casos, a comunicação secreta atinge maior complexidade, articulando corpo, palavra e código. A tipologia não é rígida, mas ferramenta analítica para ordenar práticas que, na realidade histórica, se mesclavam e se adaptavam a contextos concretos.

INTERPRETAÇÃO DOS SINAIS E DE SUAS FUNÇÕES SOCIAIS

A recorrência de sinais semelhantes em regiões tão diversas — Lisboa, Bahia, México, Cartagena, Lima — aponta para um padrão de disseminação cultural associado às rotas familiares e comerciais dos cristãos-novos portugueses (Novinsky, 2012; Schwartz, 2009). Essa amplitude geográfica sugere que os códigos não eram invenções isoladas, mas circulavam dentro de circuitos bem definidos, sustentados por parentesco, negócios e memória partilhada.

Do ponto de vista social, os sinais cumpriam ao menos três funções principais:

- a) **Reconhecimento identitário:** distinguiram, no interior de uma sociedade cristã aparentemente homogênea, aqueles que compartilhavam ascendência, crenças, hábitos alimentares e experiências de perseguição.
- b) **Gestão da confiança:** em um mundo onde qualquer um podia ser delator, a confirmação gestual reduzia a margem de erro na escolha de parceiros comerciais, confidentes ou aliados religiosos, operando como mecanismo de filtragem mínima.
- c) **Resistência simbólica:** à luz da noção de “transcrições ocultas” formulada por Scott (2013), os gestos preservavam uma memória subterrânea de pertencimento judaico, mesmo quando a prática ritual era esporádica ou fragmentária. O corpo do cristão-novo tornava-se, simultaneamente, risco e recurso: risco, porque qualquer gesto suspeito poderia ser denunciado; recurso, porque era por meio dele que se estabeleciam reconhecimentos, alianças e formas mínimas de solidariedade (Foucault, 1987; Certeau, 1994).

Em nível de experiência individual, os sinais carregavam também uma dimensão emocional: medo, hesitação, alívio ao obter confirmação de pertença, sensação de traição quando um sinal era revelado em confissão. Os processos, ainda que redigidos em linguagem jurídico-administrativa, deixam entrever essas tensões em narrativas de encontros em feiras, visitas a casas de família, reuniões discretas.

Comparativamente, é possível identificar paralelos com outras comunidades secretas — protestantes em regiões católicas, criptojudéus do Magrebe, maçonarias posteriores —, mas o sistema luso-atlântico apresenta especificidades oriundas da combinação entre forte repressão inquisitorial, centralidade do comércio de longa distância e uma condição paradoxal de minoria ao mesmo tempo economicamente relevante e socialmente estigmatizada (Bethencourt, 2000; Schwartz, 2009).

CONCLUSÃO

Os processos analisados permitem afirmar que os cristãos-novos desenvolveram, entre os séculos XVI e XVII, um sistema complexo de sinais secretos e códigos de comunicação destinado ao reconhecimento mútuo em ambientes de risco. Gestos aparentemente banais — mão no peito, inclinação de cabeça, toque na testa — adquirem densidade simbólica e funcional quando reinterpretados à luz da perseguição inquisitorial e da diáspora luso-atlântica.

Longe de serem episódios isolados, tais gestos compõem um repertório cultural consistente, presente em diferentes regiões do império ibérico, articulado a redes comerciais, familiares e religiosas. A tipologia proposta (gestos unilaterais, gestos recíprocos, sinais faciais, códigos escritos e sistemas mistos) evidencia tanto a criatividade desses grupos quanto a necessidade urgente de conciliar visibilidade econômica e invisibilidade religiosa.

Novas pesquisas poderão ampliar esse repertório, explorando outros fundos documentais do *Arquivo Histórico Nacional* e da *Torre do Tombo*, bem como acervos coloniais brasileiros e latino-americanos ainda pouco estudados. Estudos comparativos com comunidades sefarditas de Amsterdã, Hamburgo ou Livorno poderão esclarecer até que ponto esses sinais se mantiveram, transformaram ou desapareceram quando a condição de secretismo foi parcialmente superada. Em qualquer hipótese, a análise dos “sinais secretos” convida a deslocar o foco da grande narrativa persecutória para as microrredes de solidariedade, astúcia e memória que sustentaram a sobrevivência identitária dos cristãos-novos no espaço atlântico.

O referencial teórico em um estudo compreende uma análise crítica e organizada da literatura pertinente ao tema, fornecendo uma contextualização teórica e definindo os conceitos-chave. Deve conter de maneira abrangente as teorias, modelos e pesquisas anteriores, identificando lacunas, contradições e consensos na literatura que são importantes para o foco do trabalho que está sendo desenvolvido.

REFERÊNCIAS

- Arquivo Histórico Nacional (Madrid). (1560–1820). *Sección Inquisición: Fondo geral dos processos dos tribunais de México, Cartagena de Índias e Lima*. Madrid: AHN.
- Arquivo Histórico Nacional (Madrid). (1603–1605). *Inquisición, leg. 1392: Processo de Manuel Cardoso de Macedo*. México: Tribunal do Santo Ofício.
- Arquivo Histórico Nacional (Madrid). (1648). *Inquisición, leg. 1571: Processo de Sebastião*

- Rodrigues. Cartagena de Índias: Tribunal do Santo Ofício.
- Arquivo Histórico Nacional (Madrid). (1653). *Inquisición, leg. 1620, exp. 15: Processo de Manuel Álvares Prieto*. Cartagena de Índias: Tribunal do Santo Ofício.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa). (1536–1821). *Tribunal do Santo Ofício: Fundo geral da Inquisição de Lisboa, Coimbra e Évora*. Lisboa: ANTT.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa). (1632). *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, cód. 12502: Processo de António (ou Simão) Rodrigues Marinho*. Lisboa: Tribunal do Santo Ofício.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa). (1590–1605). *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, processo 8403: Processo de Maria Henriques*. Lisboa: Tribunal do Santo Ofício.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa). (1624). *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, processo 5842: Processo de Isabel Mendes*. Coimbra: Tribunal do Santo Ofício.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa). (1640–1650). *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Évora, processo 9415: Processo de Gonçalo Vaez*. Évora: Tribunal do Santo Ofício.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa). (1613). *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, processo 13212: Processo de Duarte Henriques*. Lisboa: Tribunal do Santo Ofício.
- Bethencourt, F. (2000). *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália (séculos XV–XIX)* (2. ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Certeau, M. de. (1994). *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Lipiner, E. (1973). *Branca Dias: uma judia brasileira*. Rio de Janeiro: Imago.
- Millar Carvacho, R., & Rosen, C. (1998). *The Lima Inquisition: A documentary history*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- Novinsky, A. (2012). *Cristãos-novos na Bahia* (2. ed.). São Paulo: Perspectiva.
- Saraiva, A. J. (1985). *Inquisição e cristãos-novos*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Schwartz, S. B. (2009). *Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Scott, J. C. (2013). *A dominação e as artes da resistência: discursos ocultos*. Rio de Janeiro: Vozes.